



PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO **2024**



ÍNDICE

0. ENQUADRAMENTO GLOBAL	5
1. PRINCIPAIS PRIORIDADES	8
2. OBJECTIVOS	11
3. ATIVIDADES A DESENVOLVER	15
3.1 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS	15
3.2 REVISÃO/CONTRATUALIZAÇÃO ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ESTADO	16
3.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – LAR COMENDADOR CRUZ PEREIRA	18
3.4 INSTALAÇÃO DE PAINÉIS FOTOVOLTAICOS	18
3.5 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO	19
3.6 A COMARCA DE ARGANIL	20
3.7 EQUIPAÇÃO PALIATIVA	21
3.8 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS	21
3.9 POAPMC E CANTINAS SOCIAIS	22
3.10 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS	23
3.11 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS	24
3.12 CINETEATRO ALVES COELHO	24
3.13 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Rendas do Hospital, Direito de Superfície e ações contra a Segurança Social	24
3.14 PROJETO “CASA COM VIDA R” – BPI E FUNDAÇÃO “LA CAIXA”	26
4. ORÇAMENTO	27
4.1 RENDIMENTOS	27
4.1.1 Rendimentos / Descrição	29
4.2 GASTOS	32
4.2.1 Gastos / Descrição	32
5. INVESTIMENTOS	35
6. CONCLUSÃO	36



0. ENQUADRAMENTO GLOBAL

Ao longo dos últimos três anos temos vindo a assistir a um cenário marcado por uma enorme instabilidade em várias áreas, não apenas a nível interno do País mas muito em particular a nível externo.

Portugal, sendo uma pequena economia aberta ao mundo, e por isso permeável aos efeitos decorrentes da globalização dos fenómenos, não deixa de ser amplamente afetada nas suas mais diversas realidades, sejam elas de natureza social, económica, política ou mesmo cultural.

Após uma Pandemia que retraiu a vida em Sociedade, seguiu-se um conflito bélico na Europa que ainda decorre, e que agora foi acrescido com um novo conflito no médio oriente, com o epicentro em Israel e na Faixa de Gaza, e cujas repercussões são ainda desconhecidas.

A conjugação de todos esses acontecimentos contribuiu para o aumento dos problemas sociais em todo o mundo e o grau de vulnerabilidade dos mais frágeis nas Sociedades, ao qual não foi alheio o território português.

O aumento de custos de produção em toda a cadeia, na qual se inclui a respetiva distribuição, levou a que os bens tivessem um crescimento do valor de aquisição que, indubitavelmente, afetou e afeta a vida das Instituições de Solidariedade, as quais são particularmente mais vulneráveis em produtos como a alimentação, energia e combustíveis.

Essa vulnerabilidade das Instituições advém do facto destas não conseguirem fazer refletir esse aumento de custos na cobrança dos serviços prestados, não apenas porque estes são regulamentados e condicionados pela Tutela, mas especialmente porque as famílias não possuem condições económicas para acompanhar esses custos.

Desta forma, podemos dizer que a taxa de inflação, que nos últimos dois anos sofreu um incremento que se traduziu em reflexos muito significativos nos custos operacionais das instituições, **é um aspeto fundamental no aumento da debilidade económica das Instituições.**

Em 2022 o Índice de Preços ao Consumidor (inflação) saldou-se por um valor de 7,8%, estimando-se que em 2023 venha a apresentar um valor de 5,4%, isto de acordo com a previsão do Banco de Portugal.



Já para 2024, e recorrendo às previsões do mesmo organismo - Banco de Portugal - **a inflação prevista será de 3,6%**, ao contrário do preconizado no Orçamento de Estado já apresentado para o mesmo período e que incorpora um valor de 2,8%, que nos parece demasiado otimista.

Apesar desses diferentes valores estimados, o que é certo e sabido é que **o valor real da inflação na atividade das Instituições do Setor Social tende a ser superior**, muito influenciada pelo significativo peso das componentes da alimentação, energia e combustíveis, as quais têm apresentado índices de crescimento de preços muito superiores aos valores médios obtidos no indicador do Índice do Preço ao Consumidor.

Simultaneamente, a atualização do Salário Mínimo Nacional (SMN), já definida na Comissão permanente da Concertação Social e aprovada pelo Governo, será de 820 euros, ao qual se somarão as despesas com a Taxa Social Única (TSU) e demais despesas laborais (seguros de trabalho obrigatórios, subsídios de turno – quando existentes, etc).

Essa atualização representará **um crescimento de 7,9%, face ao valor vigente em 2023 (760 euros)**, sendo que na referida Comissão Permanente foi ainda aprovada a indicação do aumento dos salários para o Setor Privado na ordem dos 5%.

Obviamente, a Misericórdia não questiona a necessidade de valorização salarial de quem trabalha, nomeadamente dos recursos humanos de que dispõe.

No entanto, não pode deixar de frisar que o somatório entre **o crescimento do SMN e a taxa de inflação prevista atinge a percentagem de 11,5%**, e se a esse montante for acrescido o referencial de 5% definido para o Setor Privado, verificamos o enorme esforço a despender pelas entidades do Setor Cooperativo e Social.

Contudo, e se esses fatores terão um impacto muito significativo na Misericórdia de Arganil, outros há que se lhes associam, designadamente a continuidade do pagamento das obrigações decorrentes dos empréstimos contratualizados e que implicam um esforço da tesouraria da Instituição.

Assim, em 2023 teve já início o pagamento (capital e juro) do valor usado para o financiamento da requalificação do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas e que se cifrou em um milhão, novecentos e oitenta e sete mil euros (1.987.000,00€) e que se irá prolongar nos próximos anos.



Apesar deste empréstimo possuir uma taxa de juro fixa, atinge, mensalmente, uma prestação de treze mil, oitocentos e trinta e cinco euros (13.835,00€).

Simultaneamente, outros dois instrumentos financeiros, um no montante de duzentos mil euros (200.000,00€) da Linha de Apoio à Economia Social – COVID 19, e um outro no valor de cem mil euros (100.000,00€) correspondente a uma linha de Inova Social, estão também em pagamento (capital e juros), sendo que a prestação mensal do primeiro é de quatro mil, quinhentos e cinco euros (4.505,00€) e o segundo tem um encargo mensal de mil, cento e cinquenta e três euros (1.153,00€).

Assim, os encargos mensais com os diversos instrumentos financeiros a que a Instituição recorreu, totalizam um montante não inferior a dezanove mil e quinhentos euros (19.500,00€).

Dito isto, o cenário que se desenha para o ano que se avizinha não é risonho, não apenas para a Misericórdia de Arganil, mas de igual modo para todo o Setor Cooperativo e Social, o qual **desespera por uma atualização das participações do parceiro Estado** que caminhe para a concretização da meta dos 50% do custo dos utentes nas respostas sociais, conforme o plasmado no Pacto de Cooperação para a Solidariedade firmado em Dezembro de 2021.

A este propósito é bom recordar que em 2023 a atualização do SMN foi de 7,8%, ou seja, passou de 705 euros para 760 euros, o que se traduziu **num incremento de 55 euros** (sem contabilizar os encargos decorrentes e que correm por conta das Instituições).

Por outro lado, a participação do valor base do parceiro Estado, no âmbito da cooperação e apenas para, a título de exemplo, a resposta social de ERPI – Lar de Idosos, **foi de 33 euros**, bem aquém das obrigações decorrentes do SMN, ao qual devem ainda ser acrescidas as atualizações resultantes da contratação coletiva e o aumento de custos em diversas componentes com impacto para a vida das Instituições.

A acrescer a todo o contexto atrás enunciado, temos a situação de instabilidade política que, à data da elaboração do presente documento, ocorre em Portugal, materializada na demissão do Primeiro-ministro do Governo, e as dúvidas relativas ao Orçamento de Estado para 2024.

Existe também o risco de entrada em recessão da economia do País, em face da queda em 0,2% do produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre, a par das dúvidas em relação a este mesmo indicador para o quarto trimestre.



1. PRINCIPAIS PRIORIDADES

Depois de apresentado um resumo do quadro geral em que a Misericórdia de Arganil e as Instituições do Setor Social operam, é fácil concluir que o ano de 2024 representará mais um desafio para o futuro desta Instituição e outras similares.

A procura de novas fontes de receitas, sendo um tema sempre presente na vida da Misericórdia e da sua gestão, está cada vez mais condicionada pela necessidade de realizar receitas extraordinárias e rápidas para suprir os défices de comparticipação do Estado e das Famílias.

Sabendo-se hoje, que o aumento das receitas provenientes desses dois beneficiários (Estado/Famílias) não acompanham as necessidades resultantes dos custos operacionais da Instituição, o que, logo à partida, condiciona a preparação de fontes alternativas de receitas que implicam a existência de um período de preparação e, simultaneamente, alguma reserva financeira para os investimentos necessários.

Razão pela qual, em 2023, não foi possível a concretização de algumas ações importantes, muito devido a condicionantes externas à Instituição e sem que esta as pudesse controlar e antecipar.

A expectativa de que o Hospital de Beneficência Condessa das Canas tivesse entrado em funcionamento ainda em 2023, não se veio a concretizar, não porque a Instituição não tivesse vontade e anseio nisso, mas porque **a abertura das candidaturas ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, onde se incluía a tipologia de Cuidados Paliativos, entre outras, apenas veio a ocorrer no final do mês de Setembro (aviso n.º 02/C01-i02/2023).

Desta forma, uma das prioridades para o ano de 2024 passará pelo esforço para que o reabilitado edifício entre em funcionamento, sendo que se aguardam os resultados da candidatura entretanto submetida ao PRR.

Ainda no campo da saúde, é intenção da Misericórdia, **implementar um conjunto de consultas de diversas especialidades**, em cooperação com outras entidades, sejam elas do Setor Social ou do Setor Privado, tendo em vista maximizar a capacidade instalada e a centralidade do edifício reabilitado.

Em relação ao património da Instituição, a Misericórdia irá procurar, através do estabelecimento de parcerias, nomeadamente com a Câmara Municipal e o IHRU, **reabilitar o antigo bairro**



(candidatura 1º Direito), mas de igual modo promover o desenvolvimento de **construção destinada a rendas acessíveis nos artigos urbanos e rústicos sítos no Paço Grande.**

De igual modo, a Intuição não deixará de estar atenta ao desenvolvimento do **processo referente ao Cineteatro Alves Coelho**, cuja responsabilidade de requalificação está entregue à autarquia, mediante contrato celebrado para esse efeito, desejando que a candidatura por parte da Câmara Municipal a fundos destinados à sua recuperação, seja, finalmente, concretizada.

Ou mesmo a situação da **Feira do Mont'Alto**, que integra o **património histórico** da Instituição e que esta tem a expectativa de que possa vir a ser alvo de uma valorização no contexto das festividades do concelho de Arganil.

Outro aspeto crucial para a Misericórdia passará pela **renovação/celebração de novos contratos para o Hospital Dr. Fernando Vale – Unidade de Cuidados Continuados**, abrangendo as tipologias de Média Duração e Reabilitação e Longa Duração e Manutenção.

No campo da cooperação com o Parceiro Estado, mas na área da Segurança Social, a Misericórdia continuará as diligências para que as verbas referentes ao princípio da reafectação sejam, **efetivamente, alocadas à resposta de Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).**

Esta tem sido uma das preocupações manifestada pela Instituição, na medida em que o decréscimo de frequência na resposta social de Centro de Dia justifica o reforço do SAD, aspeto que em muito contribuirá para que haja, não apenas uma melhoria dos serviços já prestados, mas de igual modo um reforço da sustentabilidade da Misericórdia.

Também neste campo da cooperação com a Segurança Social, **aguardam-se os resultados de nova candidatura submetida ao PROCOOP**, isto no âmbito do SAD.

Uma outra medida preconizadas para o próximo ano será a **manutenção da componente de ação paliativa**, associada ao SAD, mas de igual modo em contexto institucional, contando para isso com o apoio, em regime de prestação de serviço, de um médico do IPO de Coimbra e de uma enfermeira especialista também da mesma entidade.

Ao nível dos projetos de intervenção comunitária a Misericórdia **manterá, se assim houver continuidade por parte do parceiro Estado, a medida das Cantinas Sociais – PEC**, na expectativa de que as verbas pagas por esse parceiro sejam revistas em alta, face ao incremento de custos decorrentes do peso dos géneros alimentares, da energia e recursos humanos.



Mas se para a medida das Cantinas Sociais a Instituição mantém a abertura para a respetiva continuidade, já **no que concerne ao Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC), essa disponibilidade deixará de ser mantida.**

Desde logo, pelos elevados custos associados a este programa, o qual tem acarretado um esforço extraordinário para a Instituição, cujo acondicionamento e armazenamento, a par da distribuição e acompanhamento dos beneficiários, condicionam diversas outras atividades da Instituição e o seu normal funcionamento.

Existe ainda a expectativa de que seja possível, no decurso de 2024, **avançar-se com a instalação da central fotovoltaica, ou pelo menos a instalação destes género de equipamentos,** uma vez que este processo não foi concluído no ano que agora finda.

Tal situação deverá ainda, agilizar a **intervenção junto de alguns telhados** no complexo social, com a retirada das telhas aí existentes e a respetiva substituição.

Tendo em consideração a agenda climática, a **Misericórdia manterá como prioridade a preservação e manutenção dos seus espaços naturais,** com especial incidência na sua Mata, com respeito pelos valores da sustentabilidade ambiental e valorização do seu património natural.

A Mata continuará assim, a ser uma mais-valia para o desenvolvimento de atividades internas, e por isso vocacionadas para os utentes das diversas respostas sociais, mas de igual modo, aberto ao exterior no âmbito de diversas parcerias com entidades da comunidade, nomeadamente as escolas.

O projeto cultural – Academia Condessa das Canas, assente cada vez mais no desenvolvimento da escola de Ballet, **continuará a contar com o apoio da Instituição,** tanto mais que esse espaço já se tornou numa referência para a região, integrando jovens alunas não apenas de Arganil, mas dos concelhos limítrofes como Tábua, Penacova, Oliveira do Hospital, etc, apoiando mais de 70 jovens e com uma agenda de espetáculos já bastante significativa, assim como um assinalável reportório.

Na linha da programação cultural, a Misericórdia pretenderá ainda, levar a efeito a **evocação da sua maior benemérita, a Condessa das Canas,** através da realização de um conjunto de atividades, com destaque para reconstituição da cerimónia de transladação dos seus restos



mortais para a capela dos Mello no dia 24 de Agosto, recordando assim os cem anos da data original dos acontecimentos.

Dessa programação fará parte, um conjunto de eventos, de onde constará uma conferência alusiva à distinta personalidade da Condessa, sendo também intenção realizar-se uma atividade em Coimbra na sua antiga residência, com o encerramento das celebrações a ter lugar na Mata das Misericórdias.

Uma referência no campo das prioridades, para o projeto apresentado ao Prémio Seniores 2023, intitulado “*Casa com Vida R*”, e patrocinado pelo BPI e Fundação “la Caixa” e cujo público serão os utentes da Instituição, numa lógica de promoção do respetivo bem-estar.

Para terminar este tópico dedicado às grandes prioridades para o próximo ano, importa acrescentar que a concretização de muitas destas metas implicará que haja um reforço das verbas provenientes da cooperação com o parceiro Estado, nomeadamente ao nível da revisão das respetivas comparticipações para patamares mais próximos da realidade e das necessidades existentes.

Caso contrário, a Misericórdia terá que reajustar as suas prioridades, como sempre tem feito, em prol dos que dela mais necessitam e da operacionalidade dos serviços à comunidade.

2. OBJECTIVOS

Uma das práticas instituídas na Misericórdia tem sido a de definir um conjunto prévio de objetivos que constituem e integram o plano subjacente a cada ano civil, tendo em vista orientar um conjunto de ações destinadas à respetiva concretização das metas elencadas.

Obviamente, sabe a Mesa Administrativa, e disso dá nota junto da Assembleia Geral da Misericórdia, que o cenário onde a Instituição irá desenvolver a sua ação se apresenta muito tenebroso, e não podemos esconder o verdadeiro sentido das palavras.

As perspetivas que se vislumbram para os próximos meses são muito negativas, em parte devido à incerteza do crescimento dos rendimentos da Instituição, face ao volume de despesas que estão já configuradas no horizonte, como é o caso da atualização do SMN, sem que se perspetive idêntica atualização da parte do Parceiro Estado.



Essas dificuldades, as quais marcaram já presença em 2023, levaram a que muitos dos investimentos tivessem que transitar para o próximo ano civil (2024), facto que nos leva a reconsiderar como objetivos os mesmos elencados no passado mais recente.

- a) **Colocar os investimentos realizados, e os que se pretendem realizar, ao serviço do reforço da sustentabilidade da Misericórdia no campo social e económico, sem esquecer a comunidade;**

Neste particular o destaque tem que ser dado à **entrada em funcionamento do antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas**, desde logo porque o seu avultado investimento assim o exige, com especial incidência para as responsabilidades decorrentes do empréstimo contraído para esse feito.

O pagamento de um milhão, novecentos e oitenta e sete mil euros (1.987.000,00€) é uma das prioridades para a Misericórdia, situação apenas possível com a entrada em funcionamento desse equipamento.

De igual modo, a intenção de **aquisição de um ecógrafo** mantém-se como uma pretensão, e caso a candidatura ao PRR venha a ser aprovada, esta possa contemplar esta operação, permitindo o reforço das competências da Misericórdia em diversas áreas de atuação no campo da saúde.

Por outro lado, o recurso a fontes de energia mais limpas e económicas não deixou de ser considerado para o próximo ano civil, até porque a **instalação de uma Central Fotovoltaica** em terreno cedido para esse efeito pela Misericórdia, não foi ainda concretizado, o que levará a equacionar novas alternativas, que possibilitem, designadamente, o autoconsumo de eletricidade a preços mais vantajosos.

Também a entrada em funcionamento do **Grupo de Geradores e o Posto de Transformação (PT)**, não veio a concretizar-se no ano de 2023, o que se espera possa vir a concretizar-se em 2024, aumentando dessa forma a autonomia da Misericórdia e melhorando a sua funcionalidade energética, senão em todo o seu edificado (Complexo Social e Complexo de Saúde), pelo menos em algum deste.



Considerando ainda, a existência de fundos comunitários em utilização, e desde que haja disponibilidade para a apresentação de candidaturas a algum programa em concreto, a Misericórdia procurará aceder a esses, tendo em vista a requalificação **do edifício principal do Complexo Social**, onde estão localizadas as respostas sociais de ERPI – Lar de Idosos, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD).

13

Por outro lado, a valorização do espaço correspondente ao Pavilhão da Feira e terrenos envolventes, assim como o Bairro da Misericórdia, deverão continuar a merecer a atenção da Instituição, através da possibilidade de parcerias com a autarquia e o IHRU **na perspetiva de um projeto de cariz habitacional**, dirigido a construção destinada a rendas acessíveis e a habitação social, este último caso no âmbito do programa 1º Direito.

b) Manter a operacionalidade das diferentes respostas/valências, assegurando a prestação de serviços aos utentes e promovendo a coesão social;

Considerando as diversas dificuldades patentes nos últimos anos, com especial agravamento no que à sustentabilidade das Instituições de Solidariedade diz respeito, torna-se crucial a manutenção da operacionalidade e funcionalidade das diversas respostas sociais da Misericórdia, nos seus diferentes complexos.

No entanto, interessa sublinhar que a **atualização das participações**, decorrentes do Compromisso de Cooperação entre Estado e entidades representativas do Setor Social, tem ficado aquém das necessidades do Setor.

Pelo que, não é demais recordar que os valores inscritos na Adenda ao Compromisso de 2021-2022 e os valores inscritos no memorando ao mesmo Compromisso para vigorar em 2023, **não corresponderam às expectativas e não representaram qualquer convergência para a meta dos 50% do Pacto de Cooperação para a Solidariedade firmado em Dezembro de 2021.**

Contudo, a parceria com o Setor Estado reveste-se de significativa importância, razão pela qual matérias como a **reafecção das verbas do Centro De Dia Sede e Secarias à resposta de SAD**, assim como o reforço do número de utentes em acordo de cooperação, são essenciais.

Ainda no âmbito da contratualização com a Segurança Social, **as camas extra-acordo** resultantes das vagas hospitalares (Portaria n.º 38-A/2023 de 2 Fevereiro), surgem aqui como uma medida



inovadora para solucionar um conjunto de casos sociais, sendo que a Misericórdia passou a ter 6 lugares integrados nesta modalidade.

De igual modo, mas no campo da saúde, torna-se vital a celebração/renovação dos contratos com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) para o Hospital Dr. Fernando Vale, nas duas tipologias aí existentes, uma vez que estes terminam a sua duração em Dezembro de 2023.

14

Seguindo a mesma lógica, a celebração de contratos referentes ao Hospital de Beneficência Condessa das Canas, é uma pedra basilar para que essa estrutura possa entrar em funcionamento.

Neste último caso, a contratualização com o Setor Estado visaria a cobertura de três tipologias, possibilitando que duas delas integrassem a RNCCI, através das camas das tipologias de Convalescença e Longa Duração e Manutenção, enquanto uma terceira passaria a integrar a Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP), através das camas de Paliativos.

Apesar disso, a Misericórdia não pode, e nem deve, descartar a possibilidade de recorrer a outros eventuais parceiros, nomeadamente do Setor Privado para colocar em funcionamento o edifício reabilitado.

No campo da Medicina Física e de Reabilitação, assegurada pela convenção em vigor com a Administração Regional de Saúde do Centro (ARSC), a Instituição tem a expectativa de que possa existir uma atualização dos valores, para que dessa forma seja possível manter a operacionalidade deste equipamento.

Todos os constrangimentos até aqui enunciados, bem como as expectativas existentes para superar os mesmos, não deixarão de manter a Misericórdia focada na funcionalidade das suas respostas sociais, abrangendo as mais diversas áreas da cooperação com o Estado, sempre em prol do bem-estar dos seus utentes e apoio à comunidade envolvente.

Contudo, a Instituição não pode deixar de considerar a eventual necessidade de medidas mais drásticas que salvaguardem a continuidade da ação principal da Misericórdia.



3. ATIVIDADES A DESENVOLVER

Elencadas as grandes prioridades para o próximo ano civil, apresentam-se agora as atividades a desenvolver, as quais procuram manter uma linha de atuação que permita a concretização dos objetivos elencados.

Contudo, exige-se uma enorme flexibilidade na execução das atividades preconizadas, assim como o bom senso na execução das mesmas, na expectativa de que ao nível interno, onde se incluem trabalhadores, utentes e famílias destes, mas também ao nível externo, onde se incluem autarquias, serviços do Estado e entidades parceiras, sejam todos sensíveis às enormes dificuldades e desafios que se apresentam à Misericórdia, mas também a todo o Setor Social.

15

3.1 HOSPITAL DE BENEFICÊNCIA CONDESSA DAS CANAS

A entrada em funcionamento da unidade reabilitada assume primordial importância, não apenas para que seja possível o pagamento do empréstimo que esteve subjacente à execução da empreitada em causa, mas de igual modo, para que seja possível a região dispor de uma nova resposta capaz de satisfazer diversas necessidades, ao mesmo tempo que seja mais uma alavanca ao desenvolvimento local.

Para tanto, foi já submetida candidatura ao PRR, neste caso ao aviso n.º 02/CO1-io2/2023, **priorizando a aquisição de equipamento e mobiliário hospitalar**, assim como o reforço nas **áreas da cozinha e lavandaria**, num investimento de cerca de quatrocentos mil euros (400.000,00€).

Desses, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quarenta e um mil euros e trinta e três cêntimos (345.641,33€) foram apresentados como elegíveis na referida candidatura, sendo que setenta e nove mil, quatrocentos e noventa euros (79.498,00€) em autofinanciamento.

O desejo da Mesa Administrativa é o de que seja possível a **instalação de três tipologias no antigo hospital**, distribuídas da seguinte forma: 10 camas para Unidade de Cuidados Paliativos, 16 camas de Unidade de Longa Duração e 10 camas de Unidade de Convalescença.



A conjugação de três tipos de tipologias insere-se numa estratégia de maximização da candidatura apresentada, correspondendo às necessidades do território (Zona Centro) e ao número de camas disponibilizadas no aviso de abertura do procedimento.

Com este investimento, e decorrente da candidatura, perspectiva-se a criação de **mais postos de trabalho**, entre técnicos sociais, de saúde e pessoal auxiliar, num número estimado de cerca de 45 colaboradores, assim como a disponibilização de entre 36 a 40 camas de internamento.

De referir ainda, que a Mesa Administrativa optou por excluir a componente da construção, na medida em que o facto de terem sido considerados prioritários outros concelhos para algumas das tipologias – Unidade de Convalescença e Unidade de Paliativos (Coimbra e Figueira da Foz – Distrito de Coimbra) no aviso do PRR em questão, levou a que fatores como a maturidade do projeto e custos do mesmo tivessem que ser maximizados, na expectativa de ser obtida uma avaliação mais favorável.

Importa sublinhar e reiterar que os atrasos na reabertura do antigo hospital estão correlacionados com o atraso na publicação dos avisos ao PRR, não devendo no entanto deixar de ser referido que essa situação levou a que a Instituição se tornasse mais ambiciosa, procurando instalar três tipologias de resposta que em muito beneficiará a região, caso a mesma candidatura venha a ser aprovada.

A mesma candidatura, e na expectativa de vir a ser aprovada, assegurará também o investimento na melhoria da cozinha e lavandaria da Instituição, modernizando os dois espaços e ajustando-os às novas exigências de eficiência energética.

3.2 REVISÃO/CONTRATUALIZAÇÃO ACORDOS DE COOPERAÇÃO COM ESTADO

Neste item em particular, a Misericórdia pretende que a redução da frequência na resposta de Centro de Dia (Sede e Secarias) seja canalizada para o reforço do número de utentes em acordo de cooperação na resposta de SAD, passando de 25 para, pelo menos, 32, uma vez que a capacidade instalada nesta última valência é de 40 e a potencialização da sua frequência está diretamente relacionada com os acordos de cooperação.

Desse modo, a Instituição não esquece o processo de reafectação de verbas, devidamente previsto no Compromisso de Cooperação celebrado entre Estado e entidades representativas



do Setor Social, e que, no caso particular da Misericórdia, foi devidamente solicitado ainda em 2022.

Outro aspeto importante a inscrever no atual Plano de Atividades decorre ainda da candidatura apresentada ao PROCOP, e cuja decisão se aguarda. Esta candidatura foi submetida já no segundo semestre de 2023 e destina-se à ampliação dos acordos da resposta de SAD de 25 para 40 utentes.

No entanto, ao longo dos últimos anos, vários foram os indeferimentos suscitados pela Segurança Social em relação a esta pretensão da Misericórdia, o que não se entende e muito menos aceita.

Contudo, tal não tem demovido a Misericórdia de Arganil dessa pretensão, antes pelo contrário, e por isso a pretensão da Instituição passará não apenas pelo reforço da cooperação na resposta do SAD, seja por via da reafectação de verbas provenientes do Centro de Dia, seja pela candidatura ao PROCOP.

Outro aspeto a considerar na área da cooperação com o Setor Estado passa pelo aumento da capacidade da resposta social de Centro de Atividades e Tempos Livres (CATL), para que seja possível fazer face ao aumento da procura da mesma pelas famílias de Arganil.

Mas para tal, será necessário que a Câmara Municipal de Arganil liberte mais espaço para que a formalização desse pedido de aumento junto da Segurança Social seja concretizado.

Ainda neste ponto deverá ser feita alusão à contratualização com o Setor Estado (Segurança Social/ARSC /ACSS/ULS) no âmbito da componente da saúde, com especial atenção às respostas no âmbito da RNCCI.

Falamos pois, da renovação/contratualização das tipologias de Longa Duração e Manutenção e Média Duração e Reabilitação referentes ao Hospital Dr. Fernando Vale, num total de vinte quatro camas (24), doze (12) por cada tipologia.

A expectativa é a de que os contratos que terminam em Dezembro de 2023, possam vir a ter uma renovação/contratualização para mais um período de três (3) anos, mantendo-se dessa forma em funcionamento esta unidade de referência na região.

Por outro lado, existe a expectativa de que no próximo ano civil sejam também contratualizadas as tipologias previstas na candidatura submetida ao PRR, neste caso dez camas (10) para a



tipologia de Cuidados Paliativos, dez camas (10) para a tipologia de Convalescença e dezasseis camas (16) para a tipologia de Longa Duração e Manutenção.

3.3 REABILITAÇÃO DO COMPLEXO SOCIAL – LAR COMENDADOR CRUZ PEREIRA

Uma das componentes que tem suscitado preocupação na Instituição tem sido a introdução de um conjunto de melhorias destinadas ao aumento do conforto térmico e da melhoria da eficiência energética nas respostas sociais do Complexo Social, com especial incidência na ERPI – Lar de Idosos.

Contudo, tal preocupação não mereceu o reconhecimento quer ao nível do Programa PARES 3.0, quer ao nível do PRR.

Contudo, a Instituição irá manter a pretensão de continuar a apresentar candidaturas aos Fundos Comunitários, no qual se inclui a retoma do processo de implementação das medidas de autoproteção, já aprovadas pela ANEPC, sem esquecer a reabilitação do espaço de armazém e cozinha.

Em relação a esses dois últimos espaços, ainda se encontra em curso ação judicial que opõe a Instituição à então empresa de construção que fez a intervenção no âmbito do Programa MASES na zona da cozinha e armazém, na medida em que Misericórdia considera que a execução da empreitada não acautelou a qualidade final dos trabalhos realizados, nomeadamente ao nível da impermeabilização dos espaços.

3.4 INSTALAÇÃO DE PAINEIS FOTOVOLTAICOS

A componente energética tem tido um incremento muito significativo, com particular incidência nos custos associados à eletricidade e cuja perspetiva será a de tenderem a aumentar, não apenas pelo custo da energia, mas também pela previsão de entrada em funcionamento de mais um edifício da Instituição – Hospital Condessa das Canas.

Nesse sentido, e após análise de proposta da Cleanwats e da ponderação do potencial da parceria, a Mesa Administrativa decidiu avançar, em 2022, para a instalação de uma central



fotovoltaica, sem custos diretos para a Misericórdia, e permitindo a constituição de uma Comunidade Energética.

Conseqüentemente, foram celebrados contratos de cedência de espaço, bem como de gestão de energia, por meio dos quais foi disponibilizada uma área de três mil metros quadrados (3000m²), destinados à instalação da dita central.

Parte da produção obtida seria canalizada para consumo da Instituição, a um preço inferior ao praticado pelo operador EDP, estimando-se que seria obtida uma poupança na fatura entre 30% a 36%.

No entanto, **o processo de licenciamento não foi concluído em tempo útil**, em face de uma alteração introduzida e visando o aumento do potencial de produção, o que implica a deslocalização da central para um outro artigo da Instituição e cuja ligação à rede existente tem influência na apreciação do respetivo licenciamento.

Assim, a Misericórdia irá recorrer a outras entidades, priorizando a instalação de painéis fotovoltaicos destinados ao auto consumo e sem que tal represente um custo de instalação para a Instituição, ponderada as garantias de manutenção e vida útil dos equipamentos.

Neste particular, estão em curso e em avançado estado de apreciação uma proposta da empresa YOUNERGY que prioriza o autoconsumo e inclui a instalação no Hospital Dr. Fernando Vale, incluído a concessão de um apoio para a reabilitação de parte dos telhados referentes ao Complexo Social - ERPI - da Misericórdia.

3.5 VALORIZAÇÃO PATRIMÓNIO

As designadas Propriedades de Investimento (PI) têm desempenhado um papel importante, nomeadamente em momentos de crise, contribuindo para as receitas da Instituição e assumindo um papel essencial no leque das atividades secundárias que contribuem para ajudar a tesouraria.

No entanto, ao longo dos anos, e apesar da entrada de novas PI resultantes de doações obtidas, a alienação do património tem sido essencial para responder a situações de urgência resultantes do aumento de custos operacionais, pelo que, deverá a Instituição procurar novas formas de rentabilizar o respetivo património.



Assim, a Misericórdia deverá procurar novas parcerias destinadas ao desenvolvimento de projetos urbanísticos, nomeadamente na sede do Concelho.

Destaque para os terrenos no qual se encontra localizado o pavilhão da Misericórdia, sito no Paço Grande, e para os quais deverão ser aprofundadas potenciais parcerias com a Câmara Municipal de Arganil e o Instituto da Habitação (IHRU) destinada à construção de habitação destinada ao arrendamento acessível.

Essa potencial parceria permitirá, não apenas contribuir para o aumento da oferta habitacional na sede do concelho, mas de igual modo poderá ser fator de geração de receitas destinadas ao fim principal da Instituição, suprimindo dessa forma, ou pelo menos mitigando, o agravamento dos níveis de comparticipação do Estado.

Também a reabilitação do Bairro da Misericórdia, através de uma candidatura ao Programa 1º Direito deverá avançar, vocacionada para as rendas sociais, recuperando-se assim um património da Instituição que de outra forma não se perspectiva condições para nele intervir.

Por outro lado, a possibilidade de constituição de um pacote composto por diversas propriedades, e a partir desse proceder a Instituição à colocação no mercado do mesmo, com o intuito de ser feito um arrendamento global, é uma das possibilidades preconizadas para uma melhor gestão de parte do património da Misericórdia.

3.6 A COMARCA DE ARGANIL

Resultado de uma posição consolidada “*A Comarca de Arganil*”, com mais de dois mil assinantes permanentes e uma edição do jornal online, tem um papel crucial na área da informação na Beira Serra, servindo, atualmente, nove concelhos, Arganil, Góis, Pampilhosa da Serra, Oliveira do Hospital, Tábua, Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã e Miranda do Corvo.

Conta ainda, com uma presença além-fronteiras, designadamente na Europa e nos Estados Unidos da América, registando diversos assinantes, quer da versão papel e quer da versão online do jornal.

Ainda no âmbito da atividade do jornal *A Comarca de Arganil*, tem intenção de continuar a assegurar o patrocínio de algumas obras, nomeadamente de personalidades relacionadas com o Concelho de Arganil, a Beira Serra e mesmo a Misericórdia, tendo em vista contribuir para a



preservação da memória coletiva, algo que está no ADN deste título com mais de 123 anos de existência.

Nesse sentido, a Misericórdia irá dar continuidade a este projeto informativo, mas acima de tudo cultural, de promoção de uma região, ao mesmo que tem permitido contribuir financeiramente para as atividades principais da Instituição.

3.7 EQUIPA AÇÃO PALIATIVA

Desde finais de 2019, mais propriamente Dezembro desse ano, que a Misericórdia instituiu uma equipa de ação paliativa que opera em contexto domiciliário e institucional, tendo contribuído, decisivamente, para assegurar o apoio a mais de 60 utentes ao longo da sua existência, para além de reforçar as competências no seio da Instituição no campo de atuação dos paliativos.

Em 2021, a equipa de ação paliativa passou a concentra-se no concelho sede da Misericórdia, integrando-se na resposta de SAD, tendo em 2022 sido reforçada com uma enfermeira com experiência na área oncológico (IPO), a par da manutenção dos elementos clínicos que colaboram com a equipa, isto para além dos colaboradores apoiados pelo projeto +CO3SO Emprego – Empreendedorismo Social e da Assistente Social.

Assumindo-se como o **ponto de ancoragem para a constituição da futura e desejada Unidade de Cuidados Paliativos**, é intenção da Misericórdia dar continuidade a esta resposta no ano de 2024, face aos resultados obtidos.

A equipa de Ação Paliativa apresenta-se pois, como uma mais-valia para a Misericórdia, dotando-a de conhecimento e competências com o objetivo final do estabelecimento de uma equipa de Cuidados Paliativos efetiva.

3.8 MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS NATURAIS – MATA E JARDINS

Considerando a importância atual de uma agenda de preservação climática, a Mata da Misericórdia, todos os seus espaços naturais e envolventes, assumem particular importância, razões que justificam a sua continuidade como prioridade no plano de ação da Instituição para o próximo ano (2024).



Para tal, serão mantidas as **ações de limpeza, de manutenção de faixas de proteção e gestão de combustível, de reflorestação** e preservação de **acessos e abertura de aceiros de proteção**.

Também as parcerias com entidades locais e regionais, continuarão a ter lugar na Mata, como é o caso dos encontros promovidos pelo Centro de Formação de Associação de Escolas – Coimbra Interior no âmbito da responsabilidade ambiental.

A colaboração com a Escola Superior Agrária de Coimbra no âmbito do controle das espécies invasoras manter-se-á, estando previstas novas intervenções destinadas ao estudo das razões da proliferação destas e dos melhores procedimentos para o respetivo controle, como é o caso das queimas seletivas.

Espera-se ainda, a abertura de mais alguns espaços de lazer, em homenagem a anteriores membros dos Órgãos Sociais da Misericórdia, preservando-se dessa forma uma parte da História desta Instituição.

3.9 POAPMC E CANTINAS SOCIAIS

Ao longo dos últimos anos o Programa Operacional de Apoio às Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), cuja abrangência territorial se estende aos concelhos de Arganil, Penacova e Vila Nova de Poiares, tem sido coordenado pela Misericórdia, mas representando para esta uma dificuldade acrescida, **face ao claro financiamento insuficiente do parceiro Estado**.

Embora o encerramento deste programa estivesse sido planeado para Janeiro de 2023, a Instituição, numa lógica de colaboração com a Segurança Social, assegurou a sua continuidade ao longo deste ano que agora finda, mantendo o empenho no seu desenvolvimento, mas sem que do lado do parceiro Estado as alterações anunciadas tivessem sido concretizadas, como a questão do cartão consumo.

Por outro lado, várias reivindicações da Misericórdia, como a agilização do processo da reafectação de verbas, não foram atendidas, o que implicou um esforço suplementar para a continuidade do programa.

Assim, **é pretensão da Mesa Administrativa o encerramento da participação da Misericórdia no POAPMC**, no âmbito da receção e distribuição de géneros alimentares e acompanhamento de beneficiários.



Cabendo à Misericórdia de Arganil o duplo papel de entidade coordenadora/mediadora, e às congéneres de Penacova e Vila Nova de Poiares o papel de entidades mediadoras, deverá ser dado conhecimento dessa posição às mesmas, para que estas, se assim o desejarem, assumirem, eventualmente, o papel da Instituição.

23

Já o programa das Cantinas Sociais, com um número diário de 24 refeições confeccionadas e distribuídas pelos serviços da Instituição, ou em parceria com outras entidades, **deverá ter continuidade, na expectativa de atualização dos níveis de apoio previstos pelo Estado.**

3.10 MANUTENÇÃO DAS PARCERIAS

O trabalho em rede e em parceria é uma das imagens de marca da Misericórdia, articulando com diversas entidades, quer seja a nível local, regional e nacional, pelo que é pretensão ser mantida essa forma de atuar, com respeito pelos recursos disponíveis.

Assim, o apoio e incentivo aos estudantes, patrocinando o **prémio para o quadro de excelência do Agrupamento de Escolas de Arganil**, no valor de duzentos e cinquenta euros (250,00€) deverá ser mantido.

Ou mesmo a participação em protocolo no âmbito da formação, nomeadamente a relacionada com o **Centro Qualifica**, a par da relação com Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte.

O **patrocínio dos prémios Jorge Paiva**, no montante de mil euros (1.000,00€), assim como a **colaboração com o Centro de Formação de Escolas Coimbra Interior**, não deixará de ser uma das preocupações no âmbito da promoção e valorização do património ambiental.

No âmbito das Misericórdias, será mantida a **colaboração com os Secretariados Regional e Nacional**, por meio da disponibilização da colaboração e assessoria técnica, existindo no momento em que é elaborado o presente documento, que seja possível uma profunda mudança ao nível da direção da União das Misericórdias Portuguesas, designadamente na liderança do seu Secretariado Nacional.

Motivo esse que assistiu e justificou a colaboração e envolvimento da Misericórdia de Arganil na **Plataforma Informal “Somos Todos Misericórdia”**, e da qual se pretendeu o surgimento de uma candidatura alternativa à atual recandidatura do Presidente do Secretariado Nacional, Dr. Manuel de Lemos, mas acima de tudo o início de uma reflexão sobre o papel e futuro das



Misericórdias no atual modelo de proteção social e a estrutura de financiamento e colaboração com o Parceiro Estado, considerando o momento de enormes dificuldades que o Setor Social atravessa.

Para além disso, a celebração de diversos protocolos, ou a manutenção dos estabelecidos, não deixará de ser um foco de atenção, nomeadamente com a Câmara Municipal de Arganil, as IPSS locais, entre outras entidades, públicas ou privadas.

3.11 ACADEMIA CONDESSA DAS CANAS

A Academia de Ballet tem assumido um papel de enorme destaque em Arganil e nos concelhos limítrofes, pelo que, a Misericórdia deverá manter a sua colaboração, assegurando a continuidade da utilização do espaço da antiga Escola Adães Bermudes.

Por outro lado, o próximo ano será pautado pela evocação da Condessa das Canas, momento em que a escola de ballet que ostenta o seu nome terá uma participação especial, preservando a memória dessa benemérita da Misericórdia.

3.12 CINETEATRO ALVES COELHO

Em 2021, foi firmado contrato/direito de superfície entre a Misericórdia e a Câmara Municipal de Arganil, com um único propósito – reabilitar o Cineteatro Alves Coelho.

Assim, a Instituição continuará a acompanhar esta situação, interpelando a autarquia sobre esta matéria na expectativa de que, num próximo tempo esse objetivo seja concretizado.

A Misericórdia não alijará a sua responsabilidade, mantendo-se **atenta e colaborante com a Câmara Municipal** visando a requalificação do património da Instituição, mas simultaneamente recuperando um espaço cultural de referência na região.

3.13 DEFESA DOS INTERESSES DA MISERICÓRDIA – Rendas do Hospital, Direito de Superfície e ações contra a Segurança Social

Na senda da defesa dos interesses da Instituição, mas também da comunidade, a Misericórdia pugnará pela defesa dos seus direitos, mantendo a oposição à Administração Regional de Saúde



do Centro (ARSC), quer nas matérias relativas ao pagamento de renda pelo espaço ocupado no edifício do antigo Hospital, suportada pelas deliberações tomadas pela Assembleia Geral no âmbito da cedência de espaço para essa entidade do Estado, quer nas matérias do direito de superfície.

O processo n.º 166/20.3T8AGN, corresponde à alteração unilateral do valor da renda referente ao espaço ocupado pelos serviços locais do Centro de Saúde, ao arrepio, quer do contrato existente para esta matéria, e quer desconsiderando os valores praticados antes dessa decisão e decorrentes do contrato em causa.

Sobre este processo em particular, existe já uma decisão em primeira instância favorável à Misericórdia, estando em curso recurso da ré – ARSC.

Já em relação ao processo 4694/20.2T8CBR, e cuja matéria assenta no facto de que a Assembleia Geral da Misericórdia autorizou a utilização (Direito de superfície) de 1438 m², tendo a ARSC ocupado 2697,80m².

É entendimento da Instituição que, à sua revelia e das decisões legitimamente tomadas pela respetiva Assembleia Geral, foram ocupados mais 1259,8 m².

Neste caso foi já realizada peritagem pelo tribunal e relativa às áreas ocupadas.

A Misericórdia não esquece ainda, os compromissos da ARSC relativos à reabilitação do antigo Hospital, no âmbito de candidatura ao Programa Modelar II, e **cuja pertinência para o pagamento da obra em curso não é de somenos importância.**

Também este assunto continuará a merecer o mesmo cuidado e atenção das anteriores, não devendo ser descurada a possibilidade **de ser intentada uma terceira ação** contra este organismo do Estado, para que respeite e honre o Contrato firmado sobre esta temática, caso a candidatura ao PRR não vier a ser devidamente contemplada.

No entanto, a Misericórdia **está, como sempre esteve, disponível para o diálogo** sem deixar de defender o seu património que, ao longo dos anos, tem sido disponibilizado ao Estado, mas sem que deste tenha merecido o respeito devido.

O último exemplo é o próprio processo de transferência de competências para as autarquias, sabendo a ARSC que neste particular a gestão dos espaços deveria ter sido, previamente, articulada com a própria Misericórdia, face às pendências existentes.



Também no contencioso relativo à Segurança Social, nomeadamente a impugnação judicial relativa aos prestadores de serviço, e à resposta de Centro de Dia, a Misericórdia manterá a sua posição, contra a, eventual, devolução/pagamento de verbas, por considerar que não há lugar a estas, seja em qualquer uma das ações.

3.14 PROJETO “CASA COM VIDA R” – BPI E FUNDAÇÃO “LA CAIXA”

Foi com enorme satisfação que a Misericórdia acolheu a aprovação da candidatura apresentada pela equipa técnica da Instituição, e destinada ao desenvolvimento de um projeto inovador no apoio aos utentes das diversas respostas sociais desenvolvidas no Complexo Social e no Complexo de Saúde.

O apoio disponibilizado pela entidade patrocinadora – BPI | Fundação “La Caixa”, será no valor de trinta mil, trezentos e vinte euros (30.320,00€), sendo que o montante global do projeto está orçado em sessenta e um mil, quarenta e cinco euros e setenta e cinco cêntimos (61.045,75€).

Quanto ao projeto em si, ele consiste na implementação de dois ambientes adaptados, terapêuticos e sensoriais com vista à realização de AVDs e AIVDs, destinados a potenciar e capacitar a autonomia e independência dos utentes, minimizando o impacto do processo de institucionalização.

O objetivo principal assenta na promoção do envelhecimento ativo e qualidade de vida através de um modelo de intervenção inovador, onde há lugar para um assistente emocional, neste caso através do recurso a terapia com animais, mais precisamente um canídeo, tendo em vista estimular os sentidos.

Pretende-se ainda, desenvolver diversas atividades relacionadas com: o autocuidado, nomeadamente, cuidados pessoais (alimentação e higiene), mobilidade funcional (transferências e mobilidade no exterior e interior) e gestão na comunidade (ir às compras, gestão de dinheiro).

Também a gestão doméstica como a limpeza e arrumação de espaços, tratamento de roupas e preparação de refeições, serão algumas das atividades a desenvolver, a par de atividades de jardinagem e agricultura e atividades de lazer, tais como, a leitura, o artesanato, a atividade física, os hobbies e de socialização incluindo, neste âmbito, as atividades intergeracionais e o voluntariado.



4. ORÇAMENTO

Apresentadas que foram as metas e as atividades, com o intuito da respetiva concretização, importa agora apresentar as previsões económicas e financeiras para o ano que se avizinha e que, desde já, se revela bastante desafiador e difícil.

27

As projeções em causa, nas suas diferentes componentes (Rendimentos, Gastos e Investimentos), **padecem de uma enorme imprevisibilidade**, ditada pelo contexto internacional, mas também nacional.

A este propósito não é descabido referir as enormes preocupações suscitadas pela dissolução da Assembleia da República e as eleições antecipadas para Março de 2024, o que **poderá atrasar todo o calendário relacionado com a atualização dos acordos de cooperação** e a contratualização de novas valências e serviços.

Não obstante, a Instituição preconiza, face a 2023, uma redução do lado dos rendimentos e do lado dos gastos, estes últimos de maior dificuldade de obter, mas que a Instituição procurará concretizar, face ao previsível aumento de custos com pessoal, muito impulsionado pela atualização do Salário Mínimo Nacional e a possível atualização de outras categorias profissionais não abrangidas por esse referencial salarial.

Do lado dos rendimentos perspectiva-se um total de quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e três euros (4.298.623,00€) enquanto que do lado dos gastos é exetável um esforço para que estes não ultrapassem os quatro milhões, duzentos e noventa mil, trinta e três euros (4.290.033,00€).

Assim, a perspectiva é a de que os resultados a obter sejam positivos, na ordem dos oito mil, quinhentos e noventa euros (8.590,00€/feitos os arredondamentos)

4.1 RENDIMENTOS

Considerando o orçamento traçado para o ano de 2023, o qual se encontra ainda em execução, estimou-se uma **redução global de 0,81%** dos rendimentos, ou seja, menos cerca de trinta e cinco mil, e um euro (35.001,00€).



Esta redução estará muito associada à redução do IVA a receber, neste caso menos quarenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três euros (46.853,00€), resultado da redução dos trabalhos em curso (empreitada do hospital).

De igual modo, estima-se uma redução dos valores das rendas a obter em algumas Propriedades de Investimento, designadamente dos apartamentos sitos na Amadora, em face da sua previsível alienação, bem como dos imóveis já alienados na Rua Artilharia 1, e na Frei Miguel Contreiras, em cerca de catorze mil euros (14.000,00€).

Já a não continuidade do programa POAPMC levou a que do lado das receitas não tivesse a respetiva inclusão.

Quanto à estimativa feita para a nova unidade, esta teve por base as três tipologias atrás já enunciadas, neste caso de Paliativos (10 camas), Longa Duração (20 camas) e convalescença (6), representando uma receita ligeiramente superior ao ano de 2023, em cerca de pouco mais dezasseis mil e setecentos euros (16.700,00€), quer por força das atualizações de base da diária de cada uma delas, e quer por algumas especificidades (recorde-se que em 2023 a projeção foi feita exclusivamente para camas de paliativos), tendo sido ainda acrescentadas 4 camas privadas, totalizando-se assim 40 camas.

Por outro lado, a Instituição incluiu a possível receção do apoio preconizado pela candidatura ao patrocínio BPI|Fundação La Caixa, com um valor total de trinta mil, trezentos e vinte euros (30.320,00€), assim como a inclusão da previsão do valor das rendas provenientes do espaço ocupado pela ARSC, num montante estimado de cerca de duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta euros (256.300,00€), no qual estão incluídos os valores em atraso no âmbito do processo judicial em curso.

Assim, preconizou-se um total de quatro milhões, duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e vinte e três euros (4.298.623,00€), onde a inserção da entrada em funcionamento do antigo Hospital Condessa das Canas continua a ser balizada para o segundo semestre, mas neste caso do ano de 2024.



4.1.1 Rendimentos / Descrição

Descrição Rendimentos

- Nas mensalidades e nas participações dos utentes e famílias, em todas as respostas sociais, projetou-se com base na média obtida do saldo a setembro, replicada a 12 meses, um montante atualizado em 3,6%, resultante da taxa de inflação prevista;
- Foi considerada, na prestação de serviços (conta 72) das respostas sociais, uma manutenção dos níveis de frequência dos utentes;
- Já na rubrica do jornal “A Comarca”, considerou-se manter o valor da assinatura do jornal, face ao contexto social em que o país se encontra com visíveis repercussões na área geográfica da Instituição sendo um território de baixa densidade populacional. A sub-rubrica publicidade foi ainda atualizada ao montante da taxa da inflação, mantendo a representatividade de cerca de 35% do rendimento total do jornal;
- Nas demais Prestações de Serviços de que tiramos rendimentos, nomeadamente lavandaria e jardinagem, considerou-se atualizar as tabelas de preços considerado o aumento da taxa de inflação;
- Considerou-se uma atualização de 5% para os acordos com a Segurança Social (conta 75), sendo que, no caso de ERPI, foi tido em consideração 120 utentes (entre 85 Utentes em Acordo, 10 Vagas Cativas, 6 Vagas Hospitalares e 19 utentes fora do Acordo), no SAD 40 utentes, sendo que 22 estão abrangidos pelo Acordo de Cooperação, neste último com a majoração de 50% para 10 utentes (serviço prestado ao fim de semana), os restantes são extra Acordo, os Centros de Dia (Sede e Secarias) contam com a frequência de 31 utentes todos em Acordo e o CATL com 60 utentes, sendo esta a capacidade máxima inscrita no Acordo de Cooperação;
- Na área da saúde, o valor da Unidade de Medicina Física e de Reabilitação e do Hospital Dr. Fernando Valle foi projetado a partir do histórico do exercício de 2023 (até Setembro) com uma atualização de acordo com a taxa de inflação prevista;
- Ainda na saúde, foi introduzida a Prestação de Serviços que se prevê com a abertura do novo Hospital no 2.º semestre de 2024, considerando uma média de ocupação de 36 camas ao abrigo do Acordo de Cooperação para as 3 tipologias inseridas na candidatura ao PRR e 4 camas privadas (extra Acordo);
- Projetou-se um recebimento de outros serviços (lavandaria, jardinagem, etc.) com base no histórico a setembro de 2023, atualizado pelo valor da inflação;



- No campo da comparticipação da autarquia para as AAAF foi tida em conta uma frequência de 49 crianças, tendo por base um valor unitário mensal de 30,99€ de acordo com o protocolo firmado;
- Considerámos um desdobramento de subsidiação de exploração de outras entidades públicas, ainda na Conta 75, nomeadamente no Empreendedorismo Social;
- Nas rúbricas menos relevantes considerou-se o histórico a Setembro com a correspondente atualização da taxa de inflação de 3,6%;
- Na conta 78 foi considerada, nos Rendimentos previstos para o ano de 2024, a Restituição do IVA já pedido, ao abrigo da legislação em vigor para as IPSS;
- Nos rendimentos e ganho não financeiros considerámos um aumento das rendas, genericamente ao valor previsto no Aviso n.º 20980-A/2023, isto é, de 6,94%;
- Considerámos ainda, a recuperação das Rendas do Hospital Condessa das Canas pela ARS desde o ano 2020 a 2024, com um pagamento na sua totalidade no ano de 2024;
- Estão ainda previstos outros Rendimentos com base no histórico a setembro de 2023, atualizado da inflação.



CONTAS	RENDIMENTOS	PERIODOS	
		2023	2024
71	VENDAS	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 665 424	2 854 546
	Matrículas e Mensalidades de Utentes	1 047 538	1 154 563
	Lar	823 301	867 644
	Centro Dia	39 950	65 194
	Apoio Domiciliário	74 431	81 618
	UCC	109 856	140 106
	ISS-UCC	137 435	135 595
	ARS-UCC	451 530	483 274
	ATL + AAAF	33 275	35 680
	Fisioterapia	113 572	129 000
	Jornal "A Comarca"	131 819	147 909
	Assinantes	85 682	96 141
	Publicidade	46 137	51 768
	Outros (jardinagem + lavandaria)	18 058	19 620
	PALIATIVOS:	732 197	748 904
	PALIATIVOS UTENTES	0	105 079
	PALIATIVOS CAMAS EXTRA	0	23 100
	ARS- PALIATIVOS	0	620 724
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1 015 265	998 672
	Centro Distrital da segurança Social	909 714	951 648
	ISS - Acordos de Cooperação	886 418	925 368
	Lar	583 875	560 444
	Cativo	62 326	125 598
	Extra-Acordo	58 656	105 840
	Centros Dia Sede + Secarias	32 198	60 863
	Apoio Domiciliário	171 578	154 037
	Complemento	1 413	1 569
	ATL	38 698	42 616
	ISS - cantinas sociais	23 296	26 280
	Autarquia	16 704	16 704
	De Outras Entidades	88 847	30 320
	Aumentos/reduções de justo valor		
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	15 220,19	15 161,65
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	637 715	430 229
781	Rendimentos Suplementares (média n-1 + proj restitui iva)	63 752	16 899
787	Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	316 567	302 411
788	Outros	257 396	110 919
	Subsídios para o Investimento	160 591	9 126
	(...) Outros	96 806	101 793
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	0	15
	Total dos Rendimentos	4 333 624	4 298 623

Tabela nº 1 – Rendimentos



4.2 GASTOS

No campo dos gastos a Misericórdia preconiza uma redução de alguma da despesa, associada especialmente à rubrica do Fornecimento de Serviços Externos (FSE), isto na conta 62.

Dessa forma, e considerando que a Instituição irá fazer um esforço no âmbito da despesa com recursos humanos, muito devido à atualização do SMN e ao incremento em relação a outras categorias não abrangidas por esse aumento legal, será necessário reduzir os gastos em outras componentes.

Nesse particular, estima-se, face ao orçamento de 2023, um aumento em mais duzentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e oitenta e cinco mil (253.485,00€), passando de dois milhões seiscentos e cinquenta e três mil, quinhentos e cinquenta e três euros (2.653.553,00€), para dois milhões, novecentos e sete mil, e trinta e oito euros (2.907.038,00€), ou seja, mais 9,55%.

Considerando que só a atualização do SMN representará 7,9%, percebemos o enorme impacto e esforço da Instituição no que à massa salarial diz respeito.

Consequentemente, **será feito um esforço de redução em 0,95% dos gastos**, comparativamente com o orçamento de 2023, o que se traduzirá numa redução de quarenta mil, novecentos e cinquenta e seis euros (40.956,00€).

Para tal, a implementação de algumas medidas ao nível do consumo energético e de combustíveis não será descurada, nomeadamente a implementação de painéis fotovoltaicos.

4.2.1 Gastos / Descrição

- No custo das mercadorias e das matérias consumidas teve-se em consideração o saldo até Setembro, calculando-se a respetiva média replicada a 12 meses, com a atualização de 3,6% da taxa de inflação, optando-se por desdobrar a rubrica entre géneros alimentares, farmácia e consumíveis;
- No fornecimento de serviços externos, de um modo geral (conta 62), fez-se uma projeção tendo por base o acumulado do ano 2023 (9 meses replicado a 12), levando em linha de conta a taxa de inflação, acrescido dos custos previstos com a entrada em funcionamento do novo hospital para o 2.º semestre de 2024;
- Na rubrica energia e fluídos considerámos uma atualização dos valores à taxa da inflação, tendo por base o histórico do exercício de 2023;



- Nos custos com pessoal, teve-se em consideração o quadro de pessoal a Setembro de 2023, acrescido dos recursos humanos para o novo hospital obedecendo aos pré-requisitos de referência anunciados pela entidade competente, desta feita, 45 indivíduos de várias áreas, bem como a respetiva atualização do SMN (820,00€);
- Nas amortizações considerou-se os elementos sujeitos a deprecimento baseado no histórico de 2023, estando este a ser lançado em duodécimos, acrescido da projeção das amortizações do novo hospital após a sua entrada em funcionamento;
- Os juros foram calculados com base nos acordos bancários firmados, nomeadamente, os seus planos prestacionais;
- Nos restantes custos foi levado em linha de conta o acumulado a Setembro e respetiva projeção, levando em linha de conta a taxa de inflação.



CONTAS	GASTOS	PERIODOS	
		2023	2024
61	CUSTO MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	508 492	355 196
	Mercadorias (Géneros Alimentares)	387 398	226 791
	Mercadorias (Farmácia)	38 138	39 716
	Matérias de consumo Outros	82 956	88 690
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	883 668	774 502
621	Subcontratados	40 975	36 992
	Edição/Impressão Jornal Comarca	40 975	36 992
622	Serviços Especializados	271 040	260 465
	Trabalho especializado	135 663	124 582
	Honorários	98 058	75 295
	Conservação e reparação	23 359	48 182
	Outros	13 960	12 406
623	Materiais	41 898	55 080
	Ferramentas e ut. Desgaste rápido	17 802	10 180
	Material de escritório	13 908	27 826
	Outros	10 188	17 074
624	Energia e fluidos	313 880	222 469
	Eletricidade	149 511	56 572
	Combustíveis	148 141	140 499
	Água	16 228	25 397
625	Deslocações, estadas e Transportes	9 587	3 686
626	Serviços Diversos	206 288	195 811
	Comunicação	37 725	41 609
	Seguros	28 934	12 704
	Limpeza, higiene e conforto	71 277	75 076
	Outros serviços	68 352	66 422
63	GASTOS COM PESSOAL	2 653 553	2 907 038
632	Remunerações do pessoal	2 138 641	2 347 892
6321	Remunerações certas	2 084 335	2 282 091
6322	Remunerações Adicionais	54 306	65800,69
634	Indemnizações	0	0
635	Encargos sobre Remunerações	476 917	523 580
636	Seguros de acidentes no trabalho	23 106	29 621
638	Outros Gastos com Pessoal	14 889	5 945
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	46 178	37 438
681	Impostos	0	0
682/687	Outros Gastos e Perdas em Ativos	0	0
688	Outros Gastos e Perdas	46 178	37 438
6881	Correções de Períodos Anteriores		0
6882	Donativos		0
6883	Quotizações	0	3 220
6884/6888	Outros Gastos e perdas	46 178	34 218
64	GASTOS DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	187 848	185 210
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	51 250	30 649
	Total dos Gastos	4 330 989	4 290 033

Tabela n.º 2 – Gastos



5. INVESTIMENTOS

Sabendo-se que o investimento é sempre essencial, nomeadamente na preservação do edificado e modernização e adaptação dos serviços prestados, não pode a Instituição deixar de considerar as enormes debilidades face à conjuntura económica do País e do Mundo.

Face a essa premissa, a Instituição elencou um total de seiscentos e vinte seis mil, quatrocentos e setenta e sete euros (626.477,00€), sujeitos ao contexto, dos quais a proveniência destes será assegurado em 64,75% por apoios (PRR) e 35,25% por recursos próprios.

Assim sendo, a aposta passará pela aquisição de equipamento destinados à nova unidade a instalar no antigo Hospital de Beneficência Condessa das Canas, na substituição/melhoria de equipamento nos serviços de cozinha e lavandaria (425.139,00€), bem como no possível desenvolvimento de candidaturas no âmbito do Programa 1º Direito (requalificação do Bairro da Misericórdia – 60.000,00€).

Ainda no âmbito do edificado, foi incluída uma verba para conclusão/implementação do projeto das medidas de autoproteção no Complexo Social (70.000,00€).

A Misericórdia não descurou ainda, a possibilidade de considerar uma verba para o desenvolvimento de novas candidaturas a fundos comunitários, para efetivar novos projetos (63.838,00€).

INVESTIMENTO	VALOR		TOTAL
	SUBSÍDIOS	OUTROS (Próprios)	
Total	405 641	220 836	626 477
Investimento Financeiro	0	0	0
Ativos fixos tangíveis	405 641	220 836	626 477
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES / HOSPITAL	0	0	0
PROJETO REQUALIFICAÇÃO BAIRO SOCIAL	60 000	0	60 000
EQUIPAMENTO HOSPITAL /serviços apoio	345 641	79 498	425 139
EQUIPAMENTOS UFMR	0	1 500	1 500
EQUIPAMENTO COZINHA específico	0	1 000	1 000
MEDIDAS AUTO PROTEÇÃO	0	70 000	70 000
SOFTWARE E EQUIP. INFORMÁTICO	0	5 000	5 000
CANDIDATURAS A INVESTIMENTO	0	63 838	63 838

Tabela n.º 3 – Investimentos



6. CONCLUSÃO

No início do presente documento foi apresentado o cenário em que a Misericórdia irá desenvolver a sua atividade, fortemente marcado pela instabilidade internacional que, por sua vez, se repercute na realidade nacional.

O grau de incerteza é deveras significativo, e relaciona-se com aspetos como a transição energética, o aumento do custo de vida, as reduzidas participações do Parceiro Estado, a descentralização de competências, a escassez de recursos por parte das famílias e as dívidas por estas geradas, o insuficiente volume de apoios comunitários junto do Setor Social, entre tantos outros, e que condicionam a concretização de muitas das metas preconizadas para a Instituição.

Planear, num cenário destes, é bastante difícil e exige uma capacidade significativa de flexibilizar as respostas disponíveis e os recursos existentes.

Contudo, a Misericórdia terá que ser pragmática, focando-se na sua principal atividade – servir os que mais precisam, **sem descuidar a necessária sustentabilidade que poderá implicar a realização de escolhas e opções.**

Para isso, a realização de investimentos, sendo desejável, poderá sofrer reajustes temporais como já sucedeu em anos anteriores, devendo todos os Irmãos da Misericórdia terem consciência disso.

Os trabalhadores da Misericórdia **terão que estar devidamente sensibilizados para as dificuldades vindouras, o enorme esforço e sacrifício que será exigido a todos**, sem exceção, especialmente quando o aumento de custos com recursos humanos cresce, ano após ano, por força de decisões políticas que não têm a devida contrapartida ao nível do financiamento do Setor Social.

E as famílias e utentes, **não podem deixar de cumprir com as suas obrigações** para com a Misericórdia, respeitando, escrupulosamente, os pagamentos a que estão vinculados.

Por sua vez, a Santa Casa da Misericórdia de Arganil, fazendo jus à sua longa existência, não deverá baixar os braços, procurando antes ultrapassar as dificuldades que se avizinham, participar ativamente, como vem fazendo, na discussão do futuro e papel das Misericórdias, seja no desenvolvimento local, seja no contexto do modelo de proteção social existente.



Para tal, é preciso coragem, exige-se coragem.

Não sucumbir às pressões, internas e externas, não esquecer a defesa dos princípios e os valores que norteiam o movimento penta-secular das Misericórdias e não ter medo nem receio de dizer basta quando tal for necessário.

Perante esse “mar agitado” que se agiganta perante nós, teremos de ter fé e muita esperança, contando, em muitas das vezes, apenas com a proteção da Senhora das Misericórdias, que nos guiou ao longo destes séculos e, seguramente, nos continuará a proteger com o seu manto largo que a todos acolhe.

Arganil, 14 de Novembro de 2023

O Provedor

(Prof. António Carvalhais da Costa)





CONTA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL E ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS



Santa Casa Da Misericórdia de Arganil

Rua Comendador Cruz Pereira
3300-034 Arganil

NISS: 20004617166 NIPC: 501 157 654

1º ORÇAMENTO ANUAL
ANO 2024

Euros

Contas	RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERIODOS	
			N-1	N
71	VENDAS	a)	0	0
72	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	b)	2 665 424	2 854 546
75	SUBSÍDIOS DO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	c)	1 015 265	998 672
74	TRABALHO PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	d)	15 220	15 162
61	CUSTO DAS MERCADORIAS V./DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	e)	508 492	355 196
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	f)	883 668	774 502
63	GASTOS COM PESSOAL	g)	2 653 553	2 907 038
-	AJUSTAMENTO DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERÕES)	-	0	0
-	IMPARIDADE A RECEBER (PERDAS / REVERSÕES)	-	0	0
-	PROVISÕES (AUMENTO/REDUÇÃO)	-	0	0
-	OUTRAS IMPARIDADES (PERDAS / REVERÕES)	-	0	0
-	AUMENTO/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR	-	0	0
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	h)	637 715	430 229
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	i)	46 178	37 438
Result. antes de depreciações, gastos de Financ. Imposto		-	241 733	224 434
64	GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	j)	187 848	185 210
Result. operacional (antes de gastos de financiamento e imposto)		-	53 886	39 224
79	JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	k)	0	15
69	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	l)	51 250	30 649
Resultado antes de Imposto		-	2 635	8 590

A Mesa Administrativa:

O Conselho Fiscal:

Aprovado em Assembleia Geral:

Data: Arganil, 14 de novembro de 2023

Arganil, 30 de novembro de 2023

Assinaturas:



Notas explicativas do orçamento:

- a) Provável receita do funcionamento do bar da piscina;
- b) Verba que se prevê receber da prestação de serviços;
- Mensalidades dos utentes do Lar, A.T.L., Centro de Dia, Apoio Domiciliário, AAAF UCC e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Fisioterapia;
 - Prestação de serviços de jardinagem e lavandaria a Instituições instaladas no concelho;
- c) Verba que se prevê receber do Estado e serviços dependentes:
- Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Coimbra;
 - Ministério da Saúde resultante dos protocolos de Cuidados Continuados e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Comparticipação financeira de outras atividades e projetos (Empreendedorismo Social – BPI La caixa);
 - Câmara Municipal (AAAF);
- d) Trabalhos executados por pessoal da Instituição que se destinam aos ativos fixos tangíveis ou a investimento em curso;
- e) Verba que se pensa bastante para aquisição:
- Géneros alimentícios para o Complexo Social e para o Complexo de Saúde;
 - Fraldas para os utentes e medicamentos da UCC;
 - Rações para animais, sementes e adubos para a parte agrícola;
- f) Verba destinada ao pagamento de Fornecimento de Serviços Externos:
- Gastos de eletricidade, gás para cozinha, aquecimento central e águas, inclui Complexo Social, Fisioterapia, Hospital de Cuidados Continuados e Hospital de Beneficência Condessa das Canas;
 - Consumos de secretaria e expediente geral;
 - Reparação e manutenção de instalações, edifícios arrendados;
 - Aquisição de pequenos utensílios, comunicações, seguros, instalações, deslocações e estadias, honorários, contencioso e notariado, artigos de limpeza, higiene e conforto, publicidade, trabalhos especializados, material didático e saúde dos utentes, entre outros;
- g) Montante previsto para gastos com pessoal:



- Remunerações, subsídios de Natal e Férias, contemplando as reclassificações no CCT das Misericórdias;
- Turnos, prémios de produtividade, isenção de horário, trabalho noturno e abono de falhas de caixa;
- Formação profissional;
- Indemnizações;
- Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais;
- Outras despesas com o pessoal;

h) Rendimentos de:

- Quotas da Irmandade, Campo Dr. Eduardo Ralha e comparticipação nos consumíveis (fraldas, pensos, etc);
- Serviços sociais que não se refiram à atividade principal da instituição;
- Valores de Restituição de IVA já liquidado ao Estado;
- Investimentos não financeiros, ou seja propriedades de investimentos, ativos fixos tangíveis (rendas);
- Subsídio para Investimento;

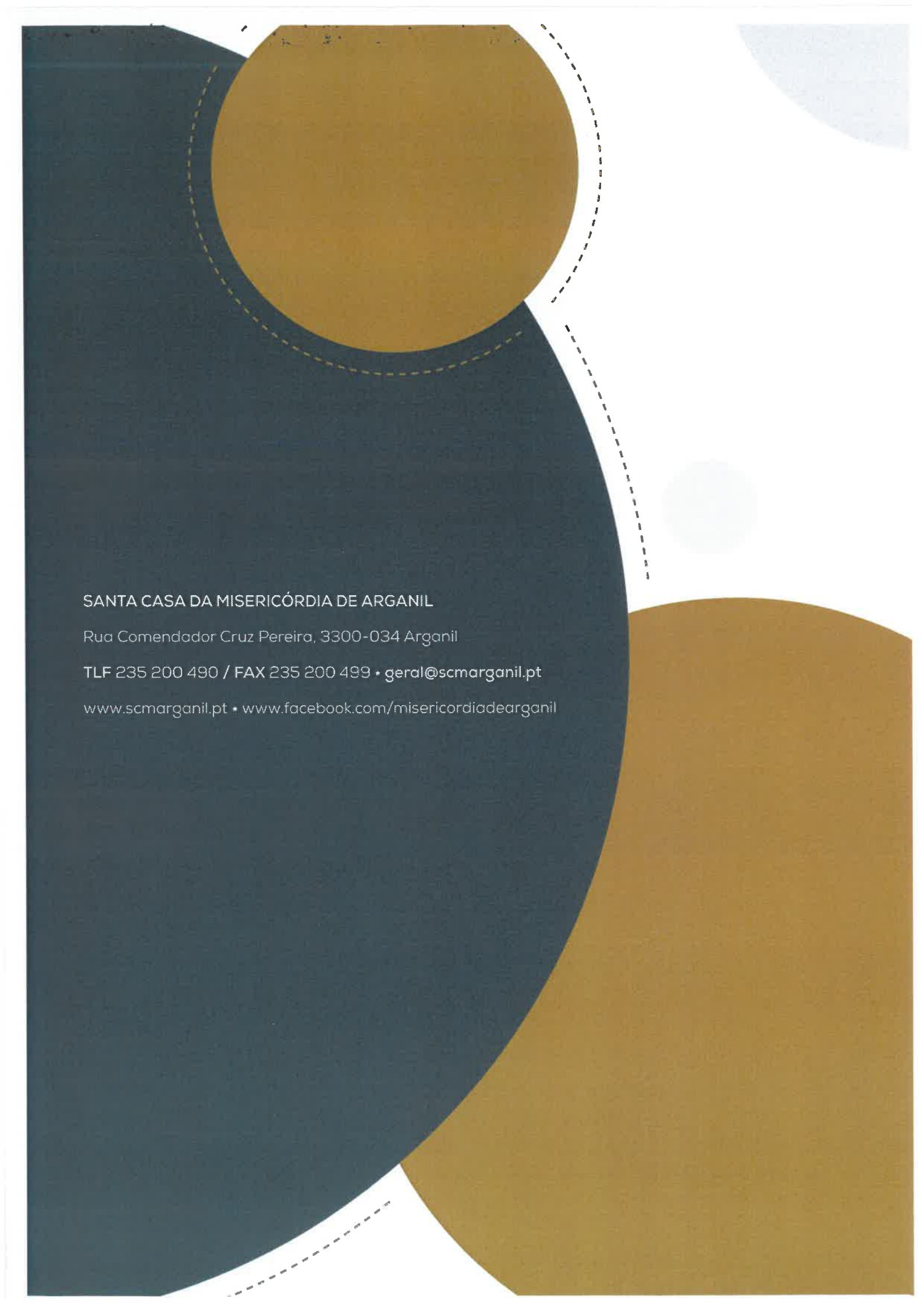
i) Nesta conta encontram-se previstos gastos com:

- Comissões para negócios de alienação de imóveis;
- Quotizações à União das Misericórdias, ALP, outras entidades;

j) Valores prováveis para os gastos de depreciação dos ativos fixos tangíveis (instalações e equipamento, incluindo o novo Hospital);

k) Rendimentos obtidos de depósitos e outras aplicações (depósitos a prazo);

l) Gastos com financiamento obtido, nomeadamente, o resultante da operação de requalificação do Hospital de Beneficência Condessa das Canas.



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARGANIL

Rua Comendador Cruz Pereira, 3300-034 Arganil

TLF 235 200 490 / FAX 235 200 499 • geral@scmarganil.pt

www.scmarganil.pt • www.facebook.com/misericordiadearganil